



DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL E COMPARADO

Políticas Públicas, Tributação e Desenvolvimento

2022. 2º semestre.

Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* Profissional

Professor Dr. João Dácio Rolim

EMENTA

O papel do tributo não como mero instrumento de arrecadação, mas como indutor do desenvolvimento e sua implementação é o tema central a ser desenvolvido nesta disciplina. Pretende-se, assim, oferecer aos estudantes a oportunidade de pensar a política fiscal em perspectiva internacional e doméstica, mas sem prescindir da análise de temas pontualmente caros ao Direito Tributário.

METODOLOGIA

1. Participação em Aula

A participação nas aulas é fundamental, de modo que os alunos serão incentivados a opinar e debater os temas propostos. Espera-se, portanto, a preparação prévia às aulas através da leitura da bibliografia indicada, especialmente a obrigatória. Além desta, haverá a disponibilização no Google Drive de outras fontes facultativas, a fim de possibilitar o aprofundamento dos temas.

2. Seminários

- Os seminários serão, preferencialmente, individuais e deverão ser apresentados, conforme o cronograma disponibilizado, no mínimo em 50 minutos, não excedendo a 1 hora, seguido de mais debates por 10-15 minutos. Ao final das apresentações de todos teremos mais debates por 15 min relacionando todos os temas do dia.
- O aluno responsável pelo seminário deverá problematizar o tema proposto, a fim de estimular os subsequentes debates. Para tanto, as apresentações devem ser finalizadas com 3 a 5 perguntas a serem enfrentadas pelos demais alunos, sem prejuízo de outros questionamentos que venham a ser formulados por estes e/ou pelos professores.
- O uso de recursos audiovisuais, como Power Point, é altamente recomendável e será alvo de avaliação no conjunto da apresentação.





INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

- O aluno responsável pelo seminário deverá enviar por e-mail ao professor, até a quarta-feira (13:00) da semana de sua apresentação, um roteiro contendo os pontos a serem apresentados ordenadamente e a respectiva bibliografia (1 lauda), além dos slides da apresentação, observando a necessária compatibilidade entre o número de slides e o tempo disponível. Este material será disponibilizado no google drive antes do seminário.
- O roteiro deve indicar de maneira clara e objetiva todo o conteúdo a ser enfrentado, servindo como guia da fala do aluno, de modo que todos possam saber previamente o caminho que o apresentador pretende seguir.
- As perguntas propostas pelo aluno responsável pelo seminário deverão constar em seu roteiro.

AVALIAÇÃO

A nota do aluno na disciplina será composta por duas avaliações: (i) apresentação de seminários e participação em discussões (40% da nota), e (ii) entrega de um artigo de conclusão da disciplina, em até 30 dias após a última aula da disciplina (60% da nota).

PROGRAMA

AULA 1	TEMA DA AULA: INTRODUÇÃO – GLOBALIZAÇÃO E ORÇAMENTOS PÚBLICOS	12/08/2022
Temas abordados	1ª parte: <ul style="list-style-type: none">• Recepção de calouros, exposição sobre o programa do Mestrado Profissional do IBDT;• Apresentação da disciplina e organização de seminários. 2ª parte: <ul style="list-style-type: none">• Exposição do professor e debate: Arrecadação Tributária como Função Pública do Estado, Princípio Jurídico e Política Pública para o Desenvolvimento?	
Metodologia	Apresentação do curso. Distribuição de seminários	
Professores Responsáveis	João Dácio Rolim	
Leitura obrigatória	DAGAN, Tsilly. The tragic choices of tax policy in a globalized economy. In: BRAUNER, Y.; STEWART, M. (eds.). Tax, Law and Development. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2013, p. 57-76. AUERBACH, A.; SMETTERS, K. Tax reform in a changing economy. In: AUERBACH; SMETTERS (eds.). The economics of tax policy. New York: Oxford Press, 2017, p. 1-12. TANZI, Vito. Government Versus Markets: The Changing Economic Role of the State. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 92-106; 129-146.	





INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Leitura complementar -

AULA 2	TEMA DA AULA: TEORIAS DO ABUSO NO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: DIREITO DOMÉSTICO E INTERNACIONAL	26/08/2022
---------------	---	-------------------

Temas abordados

Tema 1: GAAR, TAAR e SAAR: modelos de doméstico e dificuldades.

Tema 2: A adoção de cláusulas PPT nos acordos de bitributação: sempre benéficas aos países?

Tema 3: Combate ao planejamento tributário internacional por meio de decisões administrativas e judiciais

Metodologia

-

Professores Responsáveis

João Dácio Rolim

Leitura obrigatória

Tema 1:

ELLIFFE, Craig; VIKRAM, Chand. The Interaction of Domestic Anti-Avoidance Rules with Tax Treaties in the Post-BEPS and DigitalizedWorld.

Bulletin for International Taxation, v. 74, n. 4/5, 2020. ^[1]_[2]^[3]_[4]SEP

Tema 2:

DANON, Robert J. The PPT in Post-BEPS Tax Treaty Law: It Is a GAAR but Just a GAAR! Bulletin for International Taxation, v. 74, n. 4/5, mar./2020. ^[1]_[2]SEP

ROLIM, João Dácio. Is there any international fundamental right against an international general anti-avoidance rule? In: BREDERODE, Robert F. van (ed.). Ethics and Taxation. Springer, 2020. ^[1]_[2]SEP

Tema 3:

DANON, Robert; MALEK, Benjamin. Swiss Supreme Court Refers to the CJEU “Danish cases” in Outbound Dividend Case Involving the Swiss-EU Savings Agreement. Kluwer International Tax Blog, 23 de julho de 2020.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS. Acórdãos nos 9303010.058 e 9303010.059 (casos Petrobrás), 21 de janeiro de 2020





Leitura complementar

Tema 1:

BURGERS, Irene; MOSQUERA VALDERRAMA, Irma. Review of Anti-Avoidance Measures of a General Nature and Scope – General Anti-Avoidance Rules and Other Measures. Bulletin for International Taxation, v. 73, n. 10, 2019. ^[1]_[2]^[3]_[4]

FURUSETH, Eivind. The Interpretation of Tax Treaties in Relation to Domestic GAARs. Amsterdam: IBFD, 2018, p. 235-250. ^[1]_[2]^[3]_[4]

FREEDMAN, Judith. Designing a General Anti-Abuse Rule: Striking a Balance. Asia-Pacific Tax Bulletin, n. 20, p. 167-173, mai./jun. 2014. ^[1]_[2]^[3]_[4]

LITWIŃCZUK, Hanna; TETŁAK, Karolina. Controversies around the Introduction of a General Anti-Avoidance Rule in Poland. In: ESSERS, Peter; JOCHUM, Heike; LANG, Michael; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA. Caso Hornbach-Baumarkt (C-382/16), 31 de maio de 2018. ^[1]_[2]^[3]_[4]

TRIBUNAL FEDERAL DAS FINANÇAS (BUNDESFINANZHOF) DA ALEMANHA. Decisão I R 20/2015, 14 de dezembro de 2015 (em alemão). ^[1]_[2]^[3]_[4]

WINKELJOHANN, Norbert; WIMAN, Bertil (eds.). Practical Problems in European and International Tax Law. Essays in Honour of Manfred Mössner. Amsterdam: IBFD, 2016.

Tema 2:

BÁEZ MORENO, Andrés. GAARs and Treaties: From the Guiding Principle to the Principal Purpose Test. What Have We Gained from BEPS Action 6? Intertax, v. 45, n.6-7, p. 432-446, 2017. ^[1]_[2]^[3]_[4]

MOREIRA, Clara Gomes; SCHOUERI, Luís Eduardo. Abuso dos Acordos de Bitributação e Teste do Objetivo Principal: Repensando o teste do objetivo principal à luz da segurança jurídica. In: CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo; OLIVEIRA, Gustavo da Gama Vital de; MACEDO, Marco Antônio Ferreira (coords.). Direitos Fundamentais e Estado Fiscal: Estudos em Homenagem ao Professor Ricardo Lobo Torres. Salvador: IusPodium, 2019. ^[1]_[2]^[3]_[4]

VIKRAM, Chand. The interaction of the PPT with treaty and domestic anti-avoidance rules. Intertax, v. 46, n. 2, 2018. ^[1]_[2]^[3]_[4]



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Tema 3:

GALDINO, Guilherme; SCHOUERI, Luís Eduardo. Brazil: Personal Scope in Brazilian Tax Treaties: Treaty Shopping. In: KEMMEREN, Eric C.C.M. et al. (eds.). Tax Treaty Case Law around the Globe 2018. Amsterdam: IBFD, 2019.

SEILER, Markus. GAARS and Judicial Anti-Avoidance in Germany, the UK and the EU. Wien: Linde, 2016, p. 11-76.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA. C-115/16, C-118/16, C-119/16 e C-299/16, 26 de fevereiro de 2019.

CONSEIL D'ÉTAT. Caso Société Bank of Scotland (Decisão no 283314) (em francês), 29 de dezembro de 2006.

AULA 3	TEMA DA AULA: TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: PARA ONDE CAMINHAMOS?	09/09/2022
---------------	--	-------------------

Temas abordados	Seminários Tema 1: Tributação e desenvolvimento econômico dos países (cf. platform for collaboration on tax, OCDE) Tema 2: Tributação e redução das desigualdades sociais Tema 3: Tributação e desenvolvimento econômico sustentável (cf. environmental taxation, OCDE)
Metodologia	-
Professores Responsáveis	João Dácio Rolim
Leitura obrigatória	Tema 1: OECD. Tax Co-operation for Development Progress Report. 2020. STEWART, Miranda. Redistribution between Rich and Poor Countries. Bulletin for International Taxation, v. 72, n. 4/5, 2018. Tema 2: EUROPEAN PARLIAMENT. Gender equality and taxation policies in the EU. 2019. PIKETTY, Thomas. O Capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 480-500. Tema 3: FABRA, Adriana; MACKENZIE, Ruth; PEEL, Jacqueline;





INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Leitura complementar

SANDS, Philippe. Principles of International Environmental Law. 3.ed. New York: Cambridge University Press, 2012, p. 206-217.

OECD. Taxing Energy Use 2019: Using Taxes for Climate Action. 2019.

Tema 1:

BESLEY, Timothy; PERSSON, Torsten. Why Do Developing Countries Tax So Little? Journal of Economic Perspectives, v. 28, n. 4, p. 99-120, 2014. [L]
[SEP]

STIGLITZ, Joseph E. Development-Oriented Tax Policy. In: GORDON, Roger H (ed.). Taxation in Developing countries: six case studies and policy implications. New York: Columbia University Press, 2010.

Tema 2:

POLICY DEPARTMENT FOR CITIZENS' RIGHTS AND CONSTITUTIONAL AFFAIRS. Gender equality and taxation in the European Union. 2017. [L]
[SEP]

VANISTENDAEL, Frans. Adapting Tax Systems to Economic and Social Development. Asia-Pacific Tax Bulletin, p. 4-14, jan.-fev./2008.

Tema 3:

PITRONE, Federica. Environmental taxation: a legal perspective. 2014. (capítulo I) IMF POLICY PAPER. Fiscal policies for Paris climate strategies – from principle to practice. 2019.

AULA 4

TEMA DA AULA: REPENSANDO OS LIMITES DA SOBERANIA FISCAL

23/09/2022

Temas abordados

Seminários

Tema 1: Concepção moderna de soberania fiscal: quais são as suas dificuldades?

Tema 2: Existe um regime tributário internacional?

Tema 3: Soberania fiscal e a convenção modelo da OCDE e a da ONU: fonte versus residência. Elementos de conexão e o poder de tributar: mudanças na atualidade

Metodologia
Professores Responsáveis

-
João Dácio Rolim.



Rua Padre João Manuel, 755 – 4º andar
Cerqueira César, São Paulo – SP – 01411-900
Fone: (11) 3105.8206 | Whatsapp (11) 96475-9535
Site: ibdt.org.br | E-mail: ibdt@ibdt.org.br





INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Leitura obrigatória

BRAUNER, Yariv. The True Nature of Tax Treaties. Bulletin for International Taxation, v. 74, n. 1, 2020.

Leitura complementar

OZAI, Ivan. Institutional and Structural Legitimacy Deficits in the International Tax Regime. World Tax Journal, v. 12, n. 1, 2020.

MAGALHÃES, Tarcisio Diniz. What Is Really Wrong with Global Tax Governance and How to Properly Fix It. World Tax Journal, v. 10, n. 4, 2018.

AULA 5

TEMA DA AULA: COORDENAÇÃO E CONCORRÊNCIA TRIBUTÁRIA INTERNACIONAL - I

07/10/2022

Temas abordados

Seminários

Tema 1: Projeto BEPS e a entrada no Brasil na OCDE e questões controversas (exceto Pilar 1 e 2).

Tema 2: Projeto BEPS e a adoção do Pilar 1 e 2 pelo Brasil.

Tema 3: Incentivos fiscais e World Trade Organization: o caso brasileiro

Metodologia Professores Responsáveis

-
João Dácio Rolim

Leitura obrigatória

GALENDI JÚNIOR, Ricardo André; SCHOUERI, Luís Eduardo. Challenges to Brazilian Transfer Pricing Rules upon Accession to the OECD. International Transfer Pricing Journal, v. 26, n. 6, 2019.

Gormsen, Liza Lovdahl European State Aid and Tax Rulings, 2019, Elgar (introduction).

Wilson, John D, Tax Havens in a World of Competing Countries, Institut-Leibniz-Institut für Wirtschaftsforschung an der Universität München, München, Vol. 12, Iss. 4, pp. 32-39, 2014.

Mihir A. Desai, C. Fritz Foley, and James R. Hines Jr., Do Tax Havens Divert Economic Activity? University of Michigan and division of research at harvard university.

Leitura complementar

GALENDI JÚNIOR, Ricardo André; SCHOUERI, Luís Eduardo. Interpretative and Policy Challenges Following the OECD Multilateral Instrument (2016) from a Brazilian Perspective. Bulletin for International Taxation, v. 71, n. 6, 2017. ^[1]_[SEP]

SCHÖN, Wolfgang. International Tax Coordination for a Second-Best World (Part I). World Tax Journal, v. 1, n. 1, 2009.





INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

SCHÖN, Wolfgang. International Tax Coordination for a Second-Best World (Part II). World Tax Journal, v. 2, n. 1, 2010.

SCHÖN, Wolfgang. International Tax Coordination for a Second-Best World (Part III). World Tax Journal, v. 2, n. 3, 2010.

AULA 6	TEMA DA AULA: : COORDENAÇÃO INTERNACIONAL E CONCORRÊNCIA TRIBUTÁRIA INTERNACIONAL - II	21/10/2022
---------------	---	-------------------

Temas abordados	Seminários: Tema 1: Multilateral Convention to Implement Tax Treaty Related Measures to Prevent BEPS (MLI) ^[1] MAP (Mutual Agreement Procedure) e Arbitragem Tema 2: Fiscalização internacional conjunta, troca de informações e direitos dos contribuintes Tema 3: Por que combater os paraísos fiscais e os regimes de tributação favorecidas?
Metodologia	-
Professores Responsáveis	João Dácio Rolim
Leitura obrigatória	Tema 1: BRAVO, Natalie. Mandatory Binding Arbitration in the BEPS Multilateral Instrument. Intertax, 2019. Tema 2: GARCIA, Ana Carolina; ROLIM, João Dácio. O Caso Sabou e Caso Janyr. Direito de defesa dos contribuintes no contexto da troca de informações internacional em matéria tributária. [pendente de publicação] ČIČIN-ŠAIN, Nevia; EHRKE-RABEL, Tina; ENGLISCH, Joachim. Joint Audits: Applicable Law and Taxpayer Rights. World Tax Journal, v. 10, n. 4, 2018. Tema 3: DESAI, Mihir A.; FOLEY, C. Fritz; HINES JR., James R. Do Tax Havens Divert Economic Activity? Ross School of Business Paper No. 1024, 2005. The International Tax Co-operation (Economic Substance) Law de Cayman Islands (2020).





INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Leitura complementar

WILSON, John D. Tax Havens in a World of Competing Countries. CESifo

DICE Report, v.12, n. 4, p. 32-39, 2014.

Tema 1:

GALENDI JÚNIOR, Ricardo André; SCHOUERI, Luís Eduardo. Interpretative and Policy Challenges Following the OECD Multilateral Instrument (2016) from a Brazilian Perspective. Bulletin for International Taxation, v. 71, n.6, 2017.

GOVIND, Sriram; TURCAN, Laura. Cross-Border Tax Dispute Resolution in the 21st century: A Comparative Study of Existing Bilateral and Multilateral Remedies. Derivatives & Financial Instruments, v. 19, n. 5, 2017.

OWENS, Jeffrey. Mandatory Tax Arbitration: The Next Frontier Issue. Intertax, v. 46, p. 610- 619, 2018.

Tema 2:

BAKER, Philip; PISTONE, Pasquale. BEPS Action 16: The Taxpayers' Right to an Effective Legal Remedy Under European Law in Cross-Border Situations. EC Tax Review, n. 5-6, p. 335-345, 2016. ^[L]_[SEP]ECJ. Caso Sabou (C-276/12).

ROCHA, Sergio André. Exchange of Tax-Related Information and the Protection of Taxpayer Rights: General Comments and the Brazilian Perspective. Bulletin for International Taxation, v. 70, n. 9, 2016.

WÖHRER, Victoria. Data Protection and Taxpayers' Rights: Challenges Created by Automatic Exchange of Information. Amsterdam: IBFD, 2018, p. 171-198

Tema 3:

COBHAMB, Alex; JONESA, Chris; TEMOURIA, Yama. Tax haven networks and the role of the Big 4 accountancy firms. Journal of World Business, v. 53, p. 177–193, 2018.

SACHXSON, Nicola. Tackling Tax Havens. Finance & Development, v. 56, n. 3, set./2019





INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

AULA 7	TEMA DA AULA: TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO, O PATRIMÔNIO E A HERANÇA	04/11/2022
---------------	---	-------------------

Temas abordados	Seminários Tema 1: Regressividade e progressividade sobre o consumo: direito comparado. Tema 2: Tributação sobre a propriedade: direito comparado. Tema 3: Tributação sobre heranças: direito comparado.
Metodologia	-
Professores Responsáveis	João Dácio Rolim
Leitura obrigatória	SCHOUERI, Luís Eduardo. Por um imposto sobre o consumo. Disponível em: https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2021/07/20/por-umimposto-sobre-o-consumo.ghtml Barro, Jorge. 2017. Are Consumption Taxes Really Regressive? Issue brief no. 11.30.17. Rice University's Baker Institute for Public Policy, Houston, Texas. BACHAS, Pierre; GADENNE, Lucie; JENSEN, Anders. Can taxes on consumption help reduce inequality? Disponível em: https://blogs.worldbank.org/developmenttalk/can-taxes-consumptionhelp-reduce-inequality EBRILL, Liam; KEEN, Michael; BODIN, Jean-Paul; SUMMERS, Victoria. The modern VAT. Washington D.C: International Monetary Fund, 2001, pp. 1-14; 105-112.
Leitura complementar	-

AULA 8	TEMA DA AULA: DIREITOS DOS CONTRIBUINTE	18/11/2022
---------------	--	-------------------

Temas abordados	Seminários Tema 1: Há sentido em falar em direitos universais dos contribuintes? Quais seriam os direitos mínimos (substanciais e processuais) dos contribuintes? Direitos universais coletivos dos contribuintes e direitos universais individuais dos contribuintes: há sentido nessa classificação? Tema 2: Dificuldades em dar uma dimensão internacional para direitos de escopo doméstico: o caso do princípio da capacidade contributiva
------------------------	---





INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Metodologia

Professores

Responsáveis

Leitura

obrigatória

Tema 3: Fiscalização internacional conjunta, troca de informações e direitos dos contribuintes.

-

João Dácio Rolim

KOKOTT, Juliane. Taxpayers' Rights. *European Taxation*, v. 60, n. 1, 2020.

ČIČIN-ŠAIN, Nevia; EHRKE-RABEL, Tina; ENGLISCH, Joachim. Joint Audits: Applicable Law and Taxpayer Rights. *World Tax Journal*, v. 10, n. 4, 2018.

Leitura

complementar

ROCHA, Sergio André. Exchange of Tax-Related Information and the Protection of Taxpayer Rights: General Comments and the Brazilian Perspective. *Bulletin for International Taxation*, v. 70, n. 9, 2016.

P. BAKER e P. PISTONE General Report do Congresso Internacional da IFA – International Fiscal Association, 2015.

PROFESSORES

Professor Dr. João Dácio Rolim

Professor do Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional Comparado e Desenvolvimento do IBDT. PhD pela Queen Mary University of London em Tributação Internacional, Direitos Humanos Internacionais e Comércio Internacional. Doutor em Direito Público Tributário pela UFMG. LLM em Direito Internacional Tributário e Europeu pela London School of Economics & Political Science. Advogado graduado pela FADUSP (Faculdade de Direito da USP). Ex-Consultor da UNECA (United Nations Economic Commission for Africa). Sócio do escritório Rolim, Viotti, Goulart & Cardoso Advogados.

Contatos: 011-3723-7300, 021 997728754

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Secretaria Acadêmica do IBDT

Endereço: Rua Padre João Manuel, 755, 4º andar, Cerqueira César, São Paulo – SP
CEP: 01411-001

Horário de Atendimento: 9h às 18hs

Telefone: (11) 3105-8206, ramais 1110/1111

E-mail: secretaria@ibdt.org.br

Site: <https://ibdt.org.br/site/>

Biblioteca do IBDT

Endereço: Rua Padre João Manuel, 755, 4º andar, Cerqueira César, São Paulo – SP



Rua Padre João Manuel, 755 – 4º andar
Cerqueira César, São Paulo – SP – 01411-900
Fone: (11) 3105.8206 | Whatsapp (11) 96475-9535
Site: ibdt.org.br | E-mail: ibdt@ibdt.org.br





INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

CEP: 01411-001

Site: <https://ibdt.org.br/site/biblioteca/>

Horário de Atendimento: 9h às 18hs

Telefone: (11) 3105-8206 r. 1104 e 1105

E-mail: biblioteca@ibdt.org.br e biblioteca2@ibdt.org.br



Rua Padre João Manuel, 755 - 4º andar
Cerqueira César, São Paulo - SP - 01411-900
Fone: (11) 3105.8206 | Whatsapp (11) 96475-9535
Site: ibdt.org.br | E-mail: ibdt@ibdt.org.br

